

**CARTA ROGATÓRIA Nº 13.913 - PT (2018/0235334-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**JUSROGANTE** : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LISBOA NORTE -  
JUIZO LOCAL CRIMINAL DE LOURES - JUIZ 1  
**INTERES.** : RUI FILIPE MARTINS DE MENEZES  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL  
**A.CENTRAL** : MINISTERIO DA JUSTIÇA

**DECISÃO**

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita que se proceda à intimação de RUI FILIPE MARTINS DE MENEZES (CPF n. 237.671.698-51) de sentença que o condenou pelo crime de violência doméstica, segundo o texto rogatório.

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme os documentos postais de fls. 49-50 e 51-52. Transcorreu *in albis* o prazo para apresentar impugnação (fl. 53).

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, não se opôs à concessão do *exequatur* (fls. 56-58).

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fl. 60).

É o relatório. Decido.

O objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, para as providências cabíveis.**

**Cumpra-se a diligência em 60 dias.**

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

